



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho
PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 2.999, de 2019, da Presidência da República, que *dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem sob responsabilidade da Justiça Federal.*

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei (PL) nº 2.999, de 2019, da Presidência da República, que *dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) figure como parte e que tramitem sob responsabilidade da Justiça Federal.*

Em seu art. 1º, estabelece que o pagamento desses honorários deva ser antecipado pelo Poder Executivo ao tribunal responsável. No parágrafo único, estende-se a determinação do *caput* aos processos que tramitem na Justiça Estadual, no exercício da competência delegada pela Justiça Federal.

Pelo art. 2º, determina-se que o Conselho da Justiça Federal e o Ministério da Economia fixarão os valores dos honorários bem como os procedimentos para seu pagamento, por meio de ato conjunto.

O art. 3º traz a cláusula de vigência que é imediata à publicação da Lei.



SF/19379.58005-06

Na Exposição de Motivos nº 113, de 2019, o Ministério da Economia, destaca que:

[...] os honorários do técnico nomeado pelo juiz sejam antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, esse valor seja incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

Contudo, tem-se observado um expressivo aumento de ações judiciais acerca de benefícios por incapacidade, que requerem a produção de prova pericial, com enorme impacto no orçamento da Justiça Federal. [...]

Os atrasos ou a falta de pagamento de perícias judiciais impossibilitam a manutenção de quadro de profissionais qualificados e interessados na prestação do trabalho.

Desta forma, é mister que o Poder Executivo antecipe à Justiça Federal o valor das perícias, já que cabe a ela arcar com a despesa, quando vencida, e restituir o valor à conta da Assistência Judiciária Gratuita, quando o INSS for vencedor.

A proposição foi distribuída somente a esta Comissão e tramita em regime de urgência solicitada pelo Presidente da República, conforme o art. 64, § 1º, da Constituição Federal. Pelos ditames do art. 375 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), tem prazo determinado de 45 dias para tramitação e período único para recebimento de emendas, quando foram apresentadas três emendas.

A Emenda nº 1-U, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, pretende introduzir alteração da redação do art. 126 da Lei nº 8.213, de 1991, que *dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social*, sobre as competências do Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). A alteração do inciso II, retira do texto atual as contestações relativas à atribuição, pelo Ministério da Economia, do Fator Acidentário de Prevenção aos estabelecimentos das empresas. Ademais, insere o inciso IV para prever, também, o julgamento de *recursos de processos relacionados à compensação financeira de que trata a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, e à supervisão e fiscalização dos regimes próprios de previdência social, de que trata a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998*.

A Emenda nº 2-U, também de autoria da Senadora Soraya Thronicke, propõe várias alterações ao projeto. No art. 1º, resume-se a proposta inicial do PL nº 2.999, de 2019, dando-lhe um prazo para o pagamento dos honorários entre 3 de outubro de 2018 e o final deste ano. O novo art. 2º pretende a instituição de Sistema Integrado de Perícias Médicas.



O art. 3º pretendido, altera a redação do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1996, que *organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências*, para especificar competências de processo e julgamento na Justiça Estadual nas comarcas que não são sede de vara federal. Outro artigo acrescenta o art. 20-F à Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que *dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais*, para determinar o compartilhamento de informações sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades, mediante acesso direto online, compartilhamento ou carregamento seguro de bases tecnológicas. Um artigo sugerido acrescenta os §§ 3º-A e 3º-B ao art. 832 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para determinar limites mínimos da base de cálculo das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado. E, por fim, alteração da cláusula de vigência apara os arts. 2º e 3º propostos, a partir do início de 2020.

A Emenda nº 3-U, de autoria do Senador Acir Gurgacz, propõe a inclusão de artigo com o objetivo de criar serviço integrado de perícias médicas a partir de janeiro de 2020.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei (PL) nº 2.999, de 2019, que tramita em regime de urgência solicitada pelo Presidente da República, vem ao exame desta CCJ para a análise de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, assim como mérito, nos termos dos arts. 97 e 101 do RISF.

Quanto à constitucionalidade, o projeto não encontra óbices, uma vez que atende a competência da União *de organizar e manter o Poder Judiciário*, consoante o art. 21, inciso XIII, da CF. Também, é competência privativa da União *legislar sobre organização judiciária e seguridade social*, conforme o art. 22, incisos XVII e XXIII, da CF. Ainda, são cumpridos os preceitos dos arts. 48 e 61 da Carta Magna; e não há violação de cláusulas pétreas.

O projeto não possui impedimentos no campo da juridicidade e da regimentalidade, tampouco fere à boa técnica legislativa e redação.

No exame do mérito, é extremamente urgente que se solucione a questão da antecipação dos recursos proposta no projeto em tela, em virtude do aumento de ações judiciais que tratam dos benefícios por



incapacidade, que exigem comprovação pericial, e, consequente impacto no orçamento das Justiças Federal e Estaduais.

Como cita, a Exposição de Motivos:

No exercício de 2017, o Judiciário Federal dispunha de R\$ 172 milhões para a despesa com Assistência Judiciária Gratuita, mas o gasto com essa rubrica foi em valor superior a R\$ 211 milhões, o que levou os Tribunais Regionais Federais a cancelar despesas discricionárias de custeio e destinar recursos para o pagamento de perícias realizadas, com exceção do TRF da 4ª Região que não conseguiu realocar recursos para essa rubrica.

Já em 2018, a previsão inicial de gasto em [Assistência Jurídica a Pessoas Carentes] na Justiça Federal foi de R\$ 172 milhões. Porém, ao longo do exercício, verificou-se a necessidade de suplementação dessa despesa na ordem de R\$ 70 milhões, que foi acrescida por meio da publicação da Lei nº 13.749, de 22 de novembro de 2018.

O governo tentou solucionar a questão com a edição da Medida Provisória nº 854, de 2018, que dispunha da mesma matéria. Entretanto, houve o término de sua vigência em 13 de maio deste ano, sem que se instalasse a Comissão Mista para seu exame. Permaneceu a necessidade de autorização legal da antecipação pretendida, o que este projeto pretende deslindar.

Como apresenta a Exposição de motivos, não há impacto ao Orçamento da União, pois se trata de transferência de despesas primárias entre orçamento de Poderes. No entanto, o impacto ao Judiciário é de R\$ 316 milhões, em 2019; R\$ 328,6 milhões, em 2020; e R\$ 341,8 milhões, em 2021.

Quanto às emendas apresentadas, todas apresentam sugestões louváveis, mas que não acatamos no momento por avultarem o objeto precípua da norma, ou seja, garantir as antecipações do pagamento dos honorários periciais. Ademais, as emendas alcançam um grande escopo de ações e merecem ser debatidas de forma mais profunda, não cabendo neste instante de tramitação em urgência que esta matéria tramita.

III – VOTO

Em face do exposto, rejeitamos as emendas apresentadas e votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa,



regimentalidade e, no mérito, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.999, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19379.58005-06